

Projeto de Parecer XX: Melhorar a resiliência do setor face às crises.

1. Contexto

A crise do COVID-19 e as medidas sanitárias tomadas pela União Europeia e os diferentes Estados Membros fragilizaram o setor das pescas e toda a respetiva cadeia de valor. Decerto, algumas dificuldades foram ultrapassadas graças a certas medidas de emergência, mas, na opinião dos membros do CC SUL, é possível obterem-se determinados melhoramentos, pelo que saúdam a iniciativa da Comissão, de preparar, no âmbito da estratégia "Da quinta para a mesa", um plano de emergência destinado a lidar com crises futuras. Desta crise, podem-se tirar várias lições, não apenas relativamente a uma urgência sanitária, mas também relativamente a crises de outra natureza: social, ambiental ou política, que nos obriga a pensar em termos de sistemas socioeconómicos mais resilientes. Este parecer ambiciona, por conseguinte, transmitir à Comissão elementos de reflexão e propostas dos membros do CC SUL.

Foi anexado a este documento, elementos de contexto, que discriminam os impactos da crise nas frotas do CC SUL, em diferentes escalas e nos três Estados Membros do CC SUL.

2. Medidas para um plano de emergência

Os trabalhos empreendidos pela Comissão, relativamente ao plano de emergência para garantir o abastecimento e a segurança alimentares, no âmbito da estratégia "da quinta para a mesa", são essenciais para melhorar a resposta da União Europeia às crises futuras. O referido plano deve possibilitar respostas a crises de natureza potencialmente muito variadas, implementando mecanismos destinados a levarem a uma resposta ágil e rápida. Os pescadores contribuem para alimentar a população europeia, pelo que devem dispor das ferramentas que facilitem a manutenção da sua atividade (ferramentas jurídicas, proteção sanitária, derrogação para continuarem a deslocar-se etc.). Qualquer corte na cadeia alimentar acarretaria seguramente muitos problemas difíceis de superar, sem preparação prévia. Para reforçar essa garantia de manter uma atividade, os seguintes pontos revelam-se fundamentais:

- Coordenação europeia: O mercado dos produtos do mar é, geralmente, europeu e as decisões unilaterais de certos países (encerramento das fronteiras) teve um impacto nos

setores socioeconómicos de outros Estados Membros. Uma resposta coordenada dos Estados Membros melhoraria a resiliência do setor;

- A fim de dar uma resposta rápida e adaptada à natureza da crise bem como facilitar a avaliação da situação no terreno, deve ser implementado um mecanismo de participação das organizações profissionais e de outros peritos;

- Dispor de protocolos de respostas rápidas, de medidas disponíveis assim que a crise iniciar: Durante a crise do Covid, as respostas foram chegando posteriormente. Por esse motivo, alguns pescadores saíram para o mar sem terem qualquer protocolo sanitário (por exemplo, sem equipamento de proteção). Tendo em conta que se trata de um setor essencial, este deve dispor de medidas de salvaguarda económicas e de proteção dos trabalhadores face à possível ausência de rentabilidade de uma embarcação e sem resposta jurídica em caso de propagação do vírus a bordo dos navios.

- Antecipar as crises, melhorar o fluxo de informações na fileira: A crise veio recordar que todos os elos estavam interligados entre si e que, os impactos num só elo refletiam-se nos outros todos;

- Dar uma resposta global aos pescadores para tentar organizar melhor o mercado: Os pescadores franceses foram incentivados a continuarem a sair para o mar, mas, afinal, os navios não rentáveis que prosseguiram com a sua atividade não beneficiaram de apoio. Um mecanismo de compensação de perda de volume de negócios ou uma garantia por saída de pesca em complemento das interrupções temporárias teria permitido dar uma resposta global, facilitando a implementação de soluções locais como as rotações dos navios;

- Reforçar os dispositivos existentes: O valor do apoio à armazenagem não estava adaptado às espécies armazenadas durante a crise (tamboril, designadamente). A tabela de compensação (ajuda por kg) baseava-se em operações anteriormente conhecidas, ou seja, desequilíbrios pontuais da oferta-procura relacionados com as épocas de pesca (tipo peixe azul cujos custos de armazenagem por kg são baixos). Ora, no presente caso, tratava-se de um desequilíbrio de longa duração devido ao encerramento de alguns mercados, em específico, o da restauração tradicional - as espécies e os custos são diferentes, sendo os mesmos muito mais elevados. A armazenagem também pode tender para adiar o problema. Os benefícios do apoio à armazenagem foram limitados devido à obrigação de reintrodução

no mercado antes de 31/12/20. Deste modo, deve ser implementado um mecanismo específico para este tipo de casos, que garanta a segurança alimentar e a armazenagem indispensável de determinadas espécies.

- Criar um fundo dedicado: Os auxílios setoriais foram financiados a partir do FEAMP, o que revelou ser um ponto fraco. Em primeiro lugar, os Estados Membros que já tivessem gasto o seu envelope não podiam pretender a medidas de emergência. Uma crise em início de agendamentos poderia questionar as evoluções estruturais que um fundo como o FEAMP deve apoiar durante vários anos. Um fundo de emergência específico parece estar mais adaptado. Para além disso, é atualmente a pretexto da transição FEAMP/FEAMPA que o setor deixou de ser acompanhado, enquanto os efeitos da crise do Covid permanecem omnipresentes...

3. Conclusão

Decerto, a crise do COVID-19 veio evidenciar as fragilidades do setor das pescas bem como as suas forças, mas também demonstrou a importância do mesmo para a soberania alimentar da União Europeia. Por esse motivo, afigura-se essencial, segundo os membros do CC SUL, tomar medidas que permitam reforçar duradouramente o setor bem como as comunidades cuja vida depende dele, levando em consideração todos os aspetos socioeconómicos e ambientais evocados neste parecer. Convém recordar que a crise sanitária continua a afetar duramente o setor, pois estamos face a uma crise socioeconómica severa e o acompanhamento terá de ser prosseguido em 2021. Para além disso, a agenda 2030 pretende conciliar o desenvolvimento humano e o respeito dos limites do planeta.

Para tal, o futuro do setor passa pela construção de uma visão mais estruturante, capaz de contribuir mais para o bem-estar das comunidades que dele dependem, para a segurança alimentar e para a proteção do ecossistema a que está ligado. A médio e longo prazo, os fundos de reconstrução da UE (Next Generation) devem ser utilizados de modo inteligente no setor da pesca e da conservação do ecossistema marinho de que dependem. Para além dos desafios que o setor enfrenta, descritos no parecer, temos de levar em consideração a Nova Estratégia Europeia para a Biodiversidade Europeia, que pretende abrandar a perda de espécies e habitats, através da proteção dos espaços e a recuperação de sistemas marinhos

costeiros, para além dos sistemas terrestres.

O CC SUL continuará a trabalhar para identificar recomendações em conformidade com as diretrizes definidas pela União Europeia no respeitante ao investimento desses fundos, de modo a facilitar a transição ecológica da pesca para todos os segmentos da frota, a dinamização e a diversificação socioeconómica das comunidades de pescadores, apoiando uma economia social através das pequenas e médias empresas, a proteção dos ecossistemas, a recuperação dos habitats degradados, face a todas as pressões resultantes de tantas atividades humanas. A coerência e a coordenação das políticas e das administrações envolvidas serão fundamentais para não se perder esta oportunidade.

ANEXOS – Respostas à consulta organizada pelo Secretariado do CC SUL

1. FEDOPA – Ponto de situação em França
2. OPP LUGO – Galiza
3. OPEGUI – País Basco Espanhol
4. OPP72 – Andaluzia
5. Federação de Pescas dos Açores – Açores
6. VIANAPESCA - Portugal